**Escola de tempo integral e educação integral: análise de um residente na Escola Estadual Senador Rui Palmeira**

Iago Alexsander Soares da Silva[[1]](#footnote-1)

José Carlos Pessôa de Melo[[2]](#footnote-2)

**Resumo:** Esse artigo tem como proposta trazer a problemática da implantação da escola de tempo integral e da educação integral, tomando como campo de análise a tentativa de implantação dos mesmos na Escola Estadual Senador Rui Palmeira. Foi chamada a atenção para como se deu a sua implantação, quais as suas limitações, tanto geográficas, como para as limitações do projeto posto pela Secretaria de Educação do Estado, o Programa Alagoano de Ensino Integral - pALei. Logo, foi feita uma analise no intuito de entender se houve ou não sucesso na implantação do projeto.

**Palavras chave:** Escola, Educação, Educação Integral.

No mundo contemporâneo é inegável a importância da educação em qualquer uma das nações, não é de se estranhar que esta seja tida pelos países como um dos pilares fundamentais da sociedade. É também em comunhão total que todas as teorias do desenvolvimento da atualidade entendem que a educação possui o papel de possibilitar o mínimo de condições para que se desenvolva de forma plena todos os fatores sociais, levando a sociedade a um desenvolvimento de forma integral.

Mesmo com essa função tão importante, a educação é um palco de disputas de projetos (político-ideológicos) distintos e peca por continuar como mantenedora do *status quo* que mantém a desigualdade social e as permanências de muitos preconceitos. A educação que é oferecida para quem possui poder aquisitivo suficiente para comprá-la, é uma educação que possui como objetivo a formação integral do aluno, preparando-o para o mundo do trabalho, na condição de dominante, sem se distanciar do *status quo* que mantém a sociedade. Diferentemente da educação privada, a educação oferecida pela maioria esmagadora das escolas públicas, apenas possui em comum o fato de manter o *status quo,* porém, na condição de dominada. Contudo no que se tratam as demais características, elas se diferenciam, pelo menos na prática, visto que a escola pública é marcada propositadamente pelo sucateamento por parte do Estado e apenas lembrada quando utilizada como política de promoção por parte dos gestores públicos.

Em uma sociedade em que o progresso e a ciência estão atrelados a educação, esta acaba sendo alvo do *establishment*, ou seja, ao mesmo tempo em que possui a missão de despertar o senso crítico da atual e futuras gerações, formando cidadãos atuantes na busca por uma sociedade melhor e mais igualitária, também se encontra dependente dos anseios do capital, que possui uma enorme força política e que acaba definindo a função social da educação, tornando-a em mais um mecanismo de dominação e de obtenção de lucros exorbitantes, contribuindo dessa forma, tanto para exacerbar a já intensa desigualdade social existente, como intensificar na permanência do *status quo*.

Antonio Nóvoa, em seu livro, Professores: imagem de um futuro presente, expressa sua feição com a ideia de que para se ter cidadania é necessário primeiramente se ter aprendizagem. “Uma escola que não fornece aos seus alunos, a todos os seus alunos, os instrumentos básicos do conhecimento e da cultura, não é uma ‘escola cidadã’, por muito que se enfeite com chavões de emancipação, de libertação ou de cidadania”. (NÓVOA, 2009, p.65) Logo, a função principal da escola deveria ser de educar e ensinar os seus alunos, sendo estes acolhidos independente de suas diferenças, tanto culturais, como sociais, de gênero, entre outras, sem este entendimento e sua prática é impossível se construir um ambiente educativo.

O tema do artigo está inserido nesse contexto, onde a educação vem sendo utilizada a serviço dos anseios do *establishment*, visto que é nesse ponto que a escola de tempo integral e a educação integral (será?) é implantada pelo governo Estadual de Alagoas. É com esse debate que chamamos a atenção para até que ponto é a intenção do Estado de investir em uma educação? De melhorar efetivamente a qualidade do ensino e promover o desenvolvimento e emancipação social da população de forma justa e democrática? De reproduzir a ideia de manutenção do *status quo*, porém ajustada a nova ordem? Ou simplesmente de fazer promoção política dos gestores públicos? A pesquisa também tenta fazer uma análise (não tão profunda quanto esperada pelos autores, visto as limitações de espaço da pesquisa) sobre as limitações da implantação do Programa Alagoano de Ensino Integral (pALei), como pelas limitações físicas.

Esta pesquisa foi desenvolvida através da minha vivência enquanto bolsista do projeto de residência da CAPES, na disciplina de História, na Escola Estadual Senador Rui Palmeira, na cidade de Arapiraca, Alagoas, na qual foi implantada pelo governo do Estado o sistema de escola de tempo integral, onde me despertou para os seguintes questionamentos que no decorrer do texto serão respondidos: O que é escola de tempo integral e o que é educação integral? O Programa Alagoano de Ensino Integral oferece condições para se desenvolver uma educação integral? Implantar o sistema de escola de tempo integral significa o mesmo que implantar a educação integral na escola? Até que ponto o tempo integral e a educação integral estavam funcionando na escola? Essas questões vieram em mente a partir do momento em que constatei situações tanto no período de observação como no período de regência, onde pude experimentar a partir da Residência, de certa forma, até onde iria, de fato, as limitações do funcionamento da escola de tempo integral.

**A educação como instrumento do capital**

A partir dos anos de 1960, foi criada a Teoria do Capital Humano (TCH), por Theodore W. Schultz, que tentava mostrar que os países que se encontravam em notável desenvolvimento e que sofreram uma grande destruição durante a Segunda Guerra mundial, conseguiram se reorganizar a partir da educação. É a partir desta teoria que se inicia o entendimento de que o investimento na capacidade humana leva diretamente a um desenvolvimento econômico e ao desenvolvimento do campo competitivo desses países. Schultz, aponta que “*ao investirem em si mesmas, as pessoas podem ampliar o raio de escolha posto à disposição. Esta é uma das maneiras por que os homens livres podem aumentar o seu bem-estar” (1971, p. 33)*. Ou seja, de acordo com o teórico, o aumento do investimento no capital humano levaria o trabalhador a conseguir um êxito econômico e social. Um exemplo claro é o fato do Estado “investir” na educação e o homem que se utiliza dela iria conseguir ter um melhor desempenho econômico, social e pessoal, caso não tivesse, a responsabilidade do fracasso seria dele, visto que o mesmo não se esforçou para conseguir méritos.

Fazendo uma crítica a essa teoria, Gaudêncio Frigotto entende que a educação não se limita a simplismente reproduzir saberes para o mercado, mas também contribui para manter o *status quo* desarticulando outros conhecimentos. Para ele, *“a escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros”*(1993, p. 44). Logo, a educação estaria subordinada as necessidades do capital, sendo ela apenas um instrumento dos grupos ou classes dominantes, que é utilizada para oferecer uma formação voltada ao atendimento das necessidades contemporâneas do capital. Se utilizando novamente de Frigotto, *“a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho” (1993, p.26)*. Assim, é interessante notar que a moda da escola de tempo integral se insere nesse campo, oferecendo apenas a educação necessária para aqueles que compoem a base da pirâmide social, além de educar para se adequar e não questionar o *status quo*, criando um sentimento ilusório de que o simples aumento do tempo de permanência do aluno na escola, em tempo integral, resultaria na melhora instantânea da educação, porém, sem olhar a educação na forma integral, mantendo a mesma estrutura precária de educação, mas com um novo visual, um mais moderno e bem quisto esteticamente pelo eleitorado, ou seja, a escola como instrumento de política e promoção dos gestores públicos.

É necessário entender que quando o Estado se utiliza da TCH, sob o discurso de promover a educação, na prática ele tenta se isentar da obrigação de resolver as questões que envolve a desigualdade social e transfere a responsabilidade da situação social para o próprio sujeito que não se esforçou o suficiente para “melhorar” de vida, visto que o Estado fez a sua parte dando “condições” para que o indivíduo tenha acesso a uma educação de tempo integral, que é tida como necessária para a sua ascensão econômica. Assim, a desigualdade social passaria a ser de responsabilidade do indivíduo, que não teve seus méritos, o que leva a uma suposta condição de estratificação social, onde os indivíduos que tiveram uma melhor educação e se esforçaram o suficiente estariam no topo da pirâmide.

A educação no contexto da TCH, seria um instrumento utilizado para manter o *status quo* e preparar o indivíduo apenas para atender as necessidades do capital. No que se refere a construção do senso crítico, este não seria trabalhado nas instituições de ensino com a perspectiva de compreensão e libertação da sociedade, mas visto como algo individualizado em prol dos seus interesses imediatos e não contrário ao sistema social vigente, mantendo a lógica do *establishment*. Como bem afirma Edilaneide Cristina da Silva, no artigo Teoria do capital humano e a relção educação e capitalismo, *“a educação não qualifica para o trabalho, mas passa as características que são apropriadas para o indivíduo se enquadrar no sistema imposto” (2014, p. 6).*

**Escola de tempo integral e educação integral**

É interessante chamar a atenção para um ponto de grande importância: dizer que uma escola possui tempo integral não significa dizer que esta possua uma educação integral. Os termos em questão possuem significados distintos. Enquanto a educação integral possui um significado mais ampliado de educação, a escola de tempo integral é apenas uma forma de organização escolar que é tida contemporaneamente como a mais adequada para o desenvolvimento da educação integral entre as políticas educacionais da atualidade. Segundo Jaqueline Moll, “[...] de nada adiantará esticar a corda do tempo: ela não redimensionará, obrigatoriamente, esse espaço. E é, nesse contexto, que a educação integral emerge como uma perspectiva capaz de re-significar os tempos e os espaços escolares.” (2009, p. 18). Logo, é de suma importância ter como entendimento que a escola de tempo integral, por si só, não causa uma melhora na qualidade da educação, mas uma educação integral sim, onde estes termos não possuem o mesmo significado.

A escola de tempo integral se utiliza do entendimento de que o aumento da permanência dos alunos em sala de aula leva-os a um melhor aproveitamento do seu tempo em prol do conhecimento cientifico e da realização de atividades educativas. É utilizado como argumento para defender a escola integral que a escola comum só leva em consideração o entendimento cognitivo, não levando em consideração as outras dimensões de aprendizagem. Partindo desse ponto, foi entendido que a educação integral apenas poderia ser plenamente desenvolvida em uma escola de tempo integral, onde nesta possuiria tempo suficiente para que o aluno tivesse contato com diferentes aprendizagens que em uma escola comum não iria ter acesso.

Este modelo de escola procura se utilizar da educação integral através dos seguintes pontos: aumento da jornada escolar, no caso de estudo dessa pesquisa, manhã e tarde; a realização de atividades diferentes das realizadas em sala de aula, chamando a atenção para outros tipos de aprendizagem, dando a possibilidade de reforço para os alunos que possuem dificuldades em determinadas áreas e aumentando o tempo de estudo no ambiente escolar; dar força aos métodos que levam em consideração o engajamento entre o conhecimento cientifico e o conhecimento obtido pela vivência do aluno, levando em consideração a arte, a cultura, a comunidade, entre outros; promover diferentes experiências de vivência entre os alunos, onde estes devem ter contato com a diversidade social e cultural, tanto no campo étnico, como no social; e um engajamento maior entre a família, escola e a comunidade, levando em consideração o conhecimento obtido pelo aluno em ambiente familiar e comunitário.

Ao se tratar de educação integral, esta possui princípios, ações e métodos que estão no campo democrático e humanista, sendo estes necessários para uma educação produtiva em qualquer escola. Moacir Gadotti, fala no seu livro, Educação integral no Brasil: Inovações em processo, sobre a educação integral:

“Os objetivos da escola de tempo integral não são específicos deste tipo de escola. São objetivos de toda escola, já que toda escola deve almejar uma educação integral. A educação integral é uma concepção geral da educação: “de uma educação como política setorial a uma educação como política transetorial; da educação básica como educação escolar a uma educação básica como educação cidadã”, como afirma Rosa Maria Torres (www.entreculturas.org, julho de 2005). Todas as escolas precisam ser de educação integral, mesmo que não sejam de tempo integral. Trata-se de oferecer mais oportunidades de aprendizagem para todos os alunos.” (2009, p.22)

Logo, existe um grande conjunto de práticas pedagógicas que estão no campo da educação integral e que não necessariamente só viriam a ter seu sucesso em uma escola de tempo integral, mesmo que se parta do entendimento de que o aumento do tempo em sala de aula levaria a um maior aprendizado. É nesse entendimento que chamamos a atenção para o fato de que simplesmente estender a permanência do aluno em ambiente escolar, não significa dizer que o mesmo esteja tendo uma educação integral. De acordo com Lúcia Velloso Maurício, em “O que se diz sobre a escola pública de horário integral”, *“A escola deveria servir de ponte entre a cultura do aluno, que sabe fazer muitas coisas para garantir sua sobrevivência, e o conhecimento formal exigido pela sociedade”* (2006, p.66). Outras variáveis devem ser levadas em consideração quando se trata de educação integral, onde não apenas o tempo em ambiente escolar, mas também a relações culturais da sociedade, a qualidade do projeto político-pedagógico, a prática do ensino-aprendizagem, o desperdício de tempo que o aluno possui na realização das tarefas, etc. Com isso, não queremos afirmar que o tempo em ambiente escolar não deva ser levado em consideração, mas que não é significativo manter o aluno dentro do ambiente escolar quando o mesmo não está tendo o seu tempo aproveitado adequadamente para a realização do propósito que deve ter à escola: a aprendizagem de forma integral.

É com a aprendizagem de forma integral que se desenvolve o senso crítico do aluno e se cria a possibilidade do mesmo questionar o *status quo*, formando um ser pensante, não um mero reprodutor do capital. Porém, é interessante alertar para o fato de que ao “implantar” a educação integral, o Estado esvazia o seu conceito e se utiliza da sua estética como forma de política para se promover sem ferir o princípio constitucional da publicidade. Este consegue criar um aparato estético de educação integral que na sua prática não condiz com o conceito de educação integral, assim, estando mantendo-se a serviço do *establishment.*

**O Programa Alagoano de Ensino Integral (pALei) e as condições para se desenvolver uma educação integral**

Ao se tratar da análise do pALei, iremos levar em consideração os pontos que foram chamados a atenção nos tópicos anteriores. Inicialmente é interessante frisar que este tópico não analisa todos os pontos do documento visto as suas limitações e que a implantação do tempo integral na escola não significa dizer que esta, a partir desse momento, terá uma educação integral ou que esteja caminhando rumo a uma. Nesse quesito o próprio pALei reconhece esse entendimento:

“Vale ressaltar que tais demandas são prementes e muito complexas e, por isso, convém refletir que a educação integral não se limita à ampliação do tempo na escola. Ao contrário, é apenas o azo que possibilita uma abordagem pedagógica voltada para o desenvolvimento humano efetivo, sem desconsiderar a base do currículo.” (GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS, 2019, p. 8)

É necessário também chamar a atenção para outro ponto que já foi abordado no tópico anterior, à escola de tempo integral não é o único meio para que a educação integral seja implantada, ela é uma das possibilidades da sua implantação. Como bem coloca José Carlos Libâneo no seu artigo, Escola de tempo integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem?:

“Desse modo, corresponde à educação integral um amplo conjunto de práticas pedagógicas e ações socioeducativas voltadas para o desenvolvimento das potencialidades do ser humano, que não precisa ser obrigatoriamente realizado numa escola de tempo integral, ainda que se acredite que a extensão de tempo possa ter alguma relevância para a melhoria das aprendizagens. Em qualquer caso, o que importa é a qualidade do uso desse tempo e em que ele é aplicado. Com isso, pode-se afirmar que a simples extensão do tempo na escola não garante a educação integral, não assegura por si só os objetivos da escola e os meios de funcionamento de uma escola” (2004, p. 5-6)

Nesse quesito fica evidente a confusão que a Secretaria de Educação do Estado faz sobre a escola de tempo integral e a educação integral, onde mesmo de início deixando claro essa distinção, e segue se contradizendo. Já no entendimento do que deveria ser necessário para que haja uma educação integral, o ambiente escolar adequado e sua utilização de forma adequada pelo aluno parece ser algo unânime entre qualquer estudioso da área e do Estado, mas quando se trata a sua relação com o meio social, com a comunidade e principalmente quando se volta para as questões culturais, há uma profunda divergência que é de grande importância chamar a atenção. Se utilizando novamente do pALei, chamamos a atenção para a seguinte parte:

“Desse modo, as diversas produções da humanidade, pensadas como culturais, devem ser amplamente visitadas em todas as suas variantes. Entretanto, as que são construídas, consideradas como naturais, a saber, as desigualdades sociais e a parte significativa das pessoas posta à margem da sociedade, originadas historicamente de um imperativo político e social, devem ser desnaturalizadas, visto que impedem a formação humana dos sujeitos para que estes se tornem aptos a colaborar para as transformações sociais necessárias. Portanto, não basta ampliar o tempo; urge que se mude as práticas que não atendam às expectativas de uma escola disposta a acolher seus estudantes, com suas idiossincrasias, e colaborar para se tornarem sujeitos autônomos, partícipes do mundo que os cerca.” (2013, p. 8)

De forma clara, a citação demonstra que o Estado entende que existem diversas formas de expressões culturais e elas devem ser analisadas na escola, porém, logo em seguida o documento deixa evidente que não são todas que devem ser trabalhadas em ambiente escolar, visto que algumas não contribuem para a formação do aluno. É nesse ponto que chamamos a atenção para a forma de educação que a rede pública de ensino estadual alagoano tenta colocar em prática para os jovens. Ela não tem como interesse engajar o aluno com a sua realidade despertando o seu senso crítico, mas sim, excluir o que é diferente deles, sem o mínimo de tolerância e entendimento da realidade, não despertando um senso crítico de forma concisa. Reforçando essa concepção de uma educação excludente e de um senso crítico superficial, Moacir Gadotti afirma que:

“A escola não deve apenas constatar a existência da pobreza e do desemprego, mas também explicar porque existem periferias urbanas, pobreza e desemprego. Uma formação política é essencial. A escola, como sustenta a ex-secretária de Educação do Estado de São Paulo, Maria Helena Guimarães de Castro, deve levar em conta “os problemas presentes num determinado contexto social” e, “levar em conta”, “não ignorá-los”, significa, sobretudo, compreendê-los criticamente. E isso significa entender que a pobreza não pode ser eliminada somente por meio da educação integral.” (2009, p. 34)

O Estado tanto peca no que se trata chamar a atenção para os problemas da comunidade, não apresentando aos alunos quais as razões deles existirem, desenvolvendo, assim, um senso crítico nestes, como no fato de não ser apenas um ponto de contraste, visto que pela falta de verba destinada a este, ele não chega a fazer um contraste, mas sim, a continuação da precariedade que essa população encontra fora da escola.

Já o aumento de tempo do aluno e seu aproveitamento é uma questão também a chamar atenção, visto que de fato mesmo com alguns empecilhos, a escola possui um certo aumento de permanência do aluno no ambiente escolar, porém, como esse tempo está sendo aproveitado é que é a questão principal. Existem algumas situações que impedem o aproveitamento total do tempo do aluno, visto as limitações estruturais da escola, mesmo ainda possuindo um bom aproveitamento, ainda possui as seguintes situações: o professor ter que liberar o aluno entre 20 e 30 minutos antes do término da aula anterior para o almoço, visto o tamanho da fila; a demora da locomoção dos alunos nas trocas de aula; a falta de material para a realização de atividades na escola; a não realização da aula quando acontece algum problema no refeitório que impossibilite a produção da comida, sendo os alunos dispensados no período da tarde ou não havendo aula no dia; sem contar com a falta de conhecimento dos professores sobre a educação integral, respeito as diferenças, estímulo a cultura e aos saberes dos alunos, entre outros. Esses são problemas recorrentes, alguns bem mais do que outros, na Escola Senador Rui Palmeira, a grande maioria deles poderia ser resolvida com um melhor investimento por parte do Estado, porém, este ao implantar a escola de tempo integral parece não ter noção que esta necessita de um investimento bem maior do que a escola tradicional.

**Conclusão**

A partir das experiências vivenciadas na Escola Senador Rui Palmeira podemos constatar pontos que nos levaram ao entendimento de que lamentavelmente a implantação da escola de tempo integral não veio acompanhada de um conjunto de ações que visem a educação integral. Das observações podemos chegar as seguintes situações. A primeira delas é o tempo de aula. A disciplina de história possui duas aulas semanais, sendo as turmas com uma média de 45 a 50 alunos, após da longa chamada, o professor tira algumas pequenas dúvidas dos alunos, além do tempo gasto com habituais imprevistos tomam um certo tempo de aula, restando pouco tempo para que o conteúdo seja trabalhado com os alunos, logo, será abordado de forma sucinta, sem possibilidade de relacionamento com a realidade dos alunos e nem instigar a criticidade, não reservando tempo suficiente para tirar possíveis dúvidas mais profundas que requerem um maior tempo de análise, ou não se termina o mínimo necessário de conteúdo que deveria ser abordado em sala de aula.

O não aproveitamento do tempo, é um dos maiores fatores que impedem a efetivação de uma educação integral no escola. É nesse ponto que entram duas questões: que aprendizado os alunos estão obtendo na escola integral e qual o motivo que leva a uma falta de tempo, visto que o tempo na escola é integral? Esse duplo questionamento, diante do que já foi chamada a atenção é fácil de ser respondido, para o primeiro, um aprendizado a favor do *status quo* que trabalha em parceria com o entendimento da TCH e, para o segundo, a má organização do tempo, que não dá espaço nem mesmo para que as disciplinas sejam trabalhadas como devem, quiçá, o desenvolvimento do senso crítico e uma interdisciplinaridade.

O projeto didático-pedagógico da escola não vai ao encontro a uma educação integral, o que chama a atenção para o fato de que a escola de tempo integral está sendo utilizada como uma forma de política, não para atender as necessidades da sociedade. As disciplinas “tradicionais”, assim como as “não-tradicionais”, ainda são abordadas de forma isolada, sem um relacionamento tanto entre si, quanto com a comunidade, logo, não possibilitando um vínculo do aluno com a realidade. É necessário ter um entendimento que vá além da necessidade de chamar a atenção para outros conhecimentos, os componentes curriculares devem ser trabalhados, assim como os outros, de forma que os alunos possam aprender criticamente o conteúdo, partindo desse ponto para a contextualização com a realidade vivenciada pelos mesmos. Muitas vezes o aluno não consegue assimilar o conteúdo, por conta de todas essas limitações, muito menos relacionar com a sua realidade, por conta das mesmas limitações.

Um outro problema consta na não preocupação com um projeto de escola que valorize a qualidade, e novamente chamamos a atenção para um aspecto tão abordado nesse estudo: o uso da escola de tempo integral como forma de propaganda política e de manutenção do *establishment*. O que deve levar em consideração para as políticas que tratam da educação são os resultados quantitativos, já que o Estado se utiliza dessas políticas como forma de obter apenas votos da população, este deixa de lado os resultados qualitativos, visto que para manter uma escola de tempo integral é bem mais caro do que manter uma escola de tempo parcial, uma vez que o número de alunos atendidos é bem menor, logo, se já não está atendendo a demanda de um colégio de Educação Básica comum, como efetivar uma educação integral em um colégio de tempo integral que não possui a estrutura adequada? no caso específico, nem o pALei trabalha em prol a esse objetivo.

Apesar da importância da escola de tempo integral, esta ainda não é um espaço de acolhimento de jovens, mas um local onde o Estado procura confiná-los por conta da sua não preocupação em resolver problemas sociais da comunidade. A escola tem que ser um ambiente onde o jovem deve adquirir conhecimento voltado para o mundo do trabalho e que contribua para a construção do seu senso crítico, não um confinamento.

**Referência:**

LIBÂNEO, José C.. **Escola de tempo integral em questão: lugar de acolhimento social ou de ensino-aprendizagem?**. In: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/5146/material/Valdeniza%20ESCOLA%20DE%20TEMPO%20INTEGRAL%2023.8.docx>

NÓVOA, Antonio. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. Supervisão de Ensino Médio Superintendência de Políticas Educacionais. **Documento Orientador do Programa Alagoano de Ensino Integral**. Maceió: SUPED. AL, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. Ed. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

MOLL, Jaqueline (Org.). ***Educação******integral:* texto referência para o debate nacional**. Brasília: MEC/Secad, 2009. (Mais Educação).

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **O que se diz sobre a escola pública de horário integral**. In: *Educação e cidade*. Cadernos Cenpec, São Paulo, no 2, p. 57-67, segundo semestre de 2006.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital Humano**: Investimentos em Educação e Pesquisa. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1971.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva.** Um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.

SILVA, Edilaine Cristina. **Teoria do capital humano e a relação educação e capitalismo.**  Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2014.

1. Graduando no curso de licenciatura plena em História, da Universidade Estadual de Alagoas – UNEAL e bolsista do projeto de residência da CAPES. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor Auxiliar do Curso de História da Universidade Estadual de Alagoas, campus Arapiraca e Professor efetivo do Instituto Federal de Alagoas, campus Arapiraca. [↑](#footnote-ref-2)